

SILVANA CRISTINA LIMA

**PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO
BRASIL**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora:
Professora Denise Maria Maia

**Curitiba
2004**

TERMO DE APROVAÇÃO

SILVANA CRISTINA LIMA

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos professores:

BANCA EXAMINADORA

denise maria maia

ORIENTADORA: Professora Denise Maria Maia

Othon J. R. de Souza Reis

Professor Othon J. R. de Souza Reis

Ramón V. Garcia Fernandez

Professor Ramón V. Garcia Fernandez

Curitiba, 2004

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	I
RESUMO.....	II
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1	
1. O MERCADO DE TRABALHO.....	04
1.1 Situação da Mulher no Mercado de Trabalho.....	05
1.1.1 A Qualificação do Trabalho Feminino.....	12
CAPÍTULO 2	
2. A QUESTÃO DE GÊNERO.....	15
CAPÍTULO 3	
3. A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO.....	23
CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO NO PERÍODO DE - 1940 – 1990.....	7
TABELA 2 -	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA FEMININA NO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE – 1990, RAMOS DE ATIVIDADE % DA POPULAÇÃO ATIVA FEMININA.....	7
TABELA 3 -	DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES NO SETOR PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO – 2002.....	8
TABELA 4 -	TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR SEXO, NAS REGIÕES METROPOLITANAS – 2000 – 2001.....	10
TABELA 5 -	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, EM REGIÕES METROPOLITANAS – 2002.....	11
TABELA 6 -	TOTAL DE MULHERES DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR NÚMERO DE FILHOS NASCIDOS VIVOS, BRASIL – 2002.....	13
TABELA 7 -	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SITUAÇÃO DE SEXO SEGUNDO ANOS DE ESTUDO, NO BRASIL – 2002.....	14
TABELA 8 -	TAXA DE DESEMPREGO SEGUNDO SEXO, NAS REGIÕES METROPOLITANAS – 2000 – 2002.....	19
TABELA 9 -	DIFERENÇA ENTRE A TAXA DE DESEMPREGO MASCULINA E FEMININA, NAS REGIÕES METROPOLITANAS – 2000 - 2002.....	20
TABELA 10 -	RENDIMENTO MENSAL ENTRE HOMENS E MULHERES - 2002.....	21
TABELA 11 -	DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS COM PELO MENOS UMA MULHER ENTRE SEUS COMPONENTES, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1981 – 1990 – 1995.....	27

RESUMO

O presente trabalho analisa a importância, as características e evolução do trabalho feminino brasileiro. Aborda inicialmente as questões relativas ao mercado de trabalho e de gênero para então analisar a inserção feminina brasileira no mercado de trabalho. A inserção feminina no mercado de trabalho do Brasil ocasionou várias mudanças sociais ao país. Foi nas décadas de 40 e 50 que ocorreu maior ingresso da mulher no mercado de trabalho. Entre os motivos deste fenômeno destaca-se principalmente a complementação da renda familiar. Portanto, foram as mulheres mais pobres e com pouca instrução as primeiras a assumir o papel de profissional. Com a industrialização no Brasil aumentam os postos de trabalho, facilitando a incorporação feminina no mercado de trabalho. Na década de 70, com a deterioração dos salários reais dos trabalhadores, amplia-se o mercado de trabalho feminino que inclui as mais instruídas. Nas décadas de 80 e 90, em plena crise financeira a mulher brasileira continua a ingressar no mercado de trabalho, exigindo e conquistando melhores condições de trabalho e renda se profissionalizando. Ao final pode-se perceber que apesar da mulher brasileira ter intensificado sua presença no mercado de trabalho ainda não atingiu as condições de igualdade com os homens em termos de responsabilidade correspondentes aos cargos e níveis salariais.

INTRODUÇÃO

O período da industrialização no Brasil aumenta a demanda por mão de obra e conseqüentemente aumenta a participação da mulher no mercado de trabalho. Nesse período as trabalhadoras estão concentradas em atividades de menor qualificação profissional, pois inicialmente são as mulheres mais pobres e com pouca instrução as que ingressaram em atividades fora do ambiente doméstico.

Este estudo tem como principal função explicitar e analisar a importância da inserção feminina no mercado de trabalho para a economia brasileira, para ampliar o produto nacional e para completar o orçamento familiar, pois o principal motivo da participação da mulher no mercado de trabalho, como se poderá comprovar neste trabalho é de ordem econômica.

O desenvolvimento deste estudo está voltado para demonstrar que o papel da mulher no mercado de trabalho tem sido importante para a economia num contexto geral. Portanto o objetivo deste trabalho é identificar algumas das razões que levam as mulheres ao mercado de trabalho como por exemplo: a realização pessoal, a busca por autonomia e inserção social, renda pessoal e independência financeira ou renda complementar à da família; do mesmo modo busca-se também entre eles identificar o fator mais relevante para a inserção da mulher no mercado de trabalho. São citadas as dificuldades no ingresso ao mercado de trabalho por causa da dupla jornada com o lar e os filhos, competindo com o tempo disponível para o mercado de trabalho, as diferenças salariais encontradas bem como, as razões de seu sucesso e permanência.

Pretende-se mostrar que as mulheres tem dificuldades adicionais para ingressar no mercado de trabalho mas também por isso é mais freqüente sua busca pela profissionalização para conquista de espaços que antes eram considerados verdadeiros redutos masculinos.

As mulheres anteriormente, tinham na sua maioria, empregos que não exigiam maiores qualificações. Muitas delas trabalhavam no campo com atividades agrícolas ou na prestação de serviços. Hoje tais funções foram ampliadas por outras de maior qualificação.

Entre os diversos fatores que facilitaram o ingresso das mulheres ao mercado de trabalho, identifica-se a urbanização do país que gerou necessidades e também diversas oportunidades.

A mulher vem participando, em escala crescente, como força de trabalho em áreas anteriormente consideradas como masculinas, não só competindo com os homens, mas substituindo-os em alguns setores.

Em relação aos níveis salariais a mulher continua obtendo remunerações inferiores em relação às do homem, embora excepcionalmente em escalões superiores igualem-se e em algumas vezes até o ultrapassem.

No trabalho de Karl Marx, *O capital* (1985) foram encontradas análises relevantes ao assunto em questão: “O trabalho de mulheres nos campos, qualquer que sejam as desvantagens que sempre o acompanham é sob, as atuais circunstâncias, de grande vantagem para a família, já que proporciona à mesma meios para providenciar calçados, roupas e pagar o aluguel e permite assim alimentar-se melhor”. (Marx, 1985 p. 236 volume II). Estabelece assim a função de dupla serventia, através de seu trabalho de produção e reprodução.

A produção é toda atividade humana voltada para a transformação da natureza, com o objetivo de satisfazer infinitas necessidades. O trabalho é uma condição específica do ser humano e, desde suas formas mais elementares, está associada a certo nível de desenvolvimento dos instrumentos de trabalho e da divisão da atividade produtiva entre os diversos membros de um agrupamento social. Assim, o trabalho assumiu formas particulares nos diversos modos de produção que surgiram ao longo da história da humanidade. Na comunidade primitiva, o trabalho teve caráter solidário, coletivo, ao passo que, nas sociedades de classes, se tornou aliado da acumulação de capital privado. (Marx, 1985 vol. II)

A consolidação do Sistema Capitalista trouxe inúmeras mudanças tanto no processo produtivo quanto na organização do trabalho, afetando em especial a condição da mulher.

A oferta total de emprego que um sistema econômico pode proporcionar depende do que e quanto se produz, da tecnologia empregada e da política econômica governamental e empresarial. Numa economia de mercado, distinguem-se três categorias entre a população economicamente ativa: empregadores, empregados e trabalhadores autônomos. (SOUZA, 1986 p. 9-15)

A Estrutura da Monografia

Na primeira parte desse trabalho consta a introdução, onde justifica-se a importância da pesquisa, seus objetivos e a estrutura do trabalho.

No primeiro capítulo trata-se de Mercado de Trabalho, explicando o seu funcionamento, estabelecendo um diagnóstico da situação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e uma análise da qualificação do trabalho feminino.

No segundo capítulo é feita uma explanação sobre gênero, delineando-se a origem das diferenças impostas pela sociedade, a qual define modelos distintos de comportamento a serem seguidos por homens e mulheres.

O terceiro capítulo descreve sobre a inserção feminina no mercado de trabalho, analisando este processo desde a década de 50 até os dias atuais.

Na última parte do trabalho consta a conclusão, onde faz-se uma síntese dos assuntos abordados.

CAPÍTULO 1

O MERCADO DE TRABALHO

Compreende-se por Mercado de trabalho, a compra e venda de mão de obra, com a participação de empresários (compra) e trabalhadores (venda), onde se tem um processo de negociações, e, em alguns casos, a mediação do Estado que em conjunto estabelece os salários e as condições de trabalho. (CHAHAD, 1992 p. 321)

As pessoas aptas a entrar no mercado de trabalho são definidas como População em Idade Ativa (PIA), e inclui todas as pessoas entre 10 e 65 anos; as inválidas, os estudantes, as que sobrevivem de rendas, os que trabalham em atividades sem remuneração no próprio lar, as que trabalham em atividades remuneradas e os desempregados. (SOUZA, 1986 p. 8)

São consideradas como População Economicamente Ativa (PEA) os trabalhadores remunerados (que são consideradas como Pessoas Ocupadas - PO), e os desempregados, que não trabalham, mas procuram emprego. (SOUZA, 1986 p. 11)

A inserção dessas pessoas no mercado de trabalho pode ser tanto em atividades que se denominam como tipicamente capitalistas, o setor formal, ou no setor informal. O primeiro corresponde à parcela de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada; nessas atividades o proprietário dos meios de produção pouco ou nada se envolve (diretamente) nas atividades operacionais do empreendimento que dependem basicamente do trabalho assalariado para seu desenvolvimento, é a forma simultânea de patrão e empregado. As atividades que se denominam como não tipicamente capitalista ou setor informal, são as atividades em que geralmente o proprietário dos meios de produção está envolvido na produção e sua presença

significa a sua continuidade, não dependendo necessariamente do trabalho assalariado para seu desenvolvimento, ou seja, não há separação entre capital e trabalho, onde o trabalhador emprega a si mesmo e pode lançar mão de ajudantes como extensão de seu próprio trabalho. (SOUZA,1986 p. 13) e (CACCIAMALI, 1991 p.122)

Essa diferenciação da dinâmica de absorção de trabalhadores entre os dois segmentos, vincula-se ao fato de que o setor informal atua nas margens deixadas pelo segmento formal da economia que diante do desenvolvimento tecnológico possibilita o aperfeiçoamento, o surgimento ou a eliminação de atividades já existentes. (SOUZA, 1986 p. 14).

1.1 SITUAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A dinâmica do mercado de trabalho será tratada a partir da década de 50, porque foi a partir desse período que a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro começou a se elevar.

No Brasil, o trabalho feminino foi marcante após a Segunda Guerra Mundial, e no início da industrialização dos anos 50. O fenômeno entre os mais relevantes é o crescimento econômico do pós guerra, que ocasionou um aumento do emprego assalariado, ampliado a novos trabalhadores, inclusive as mulheres. (Pena, 1981 p. 121)

Nos anos 60 a ausência de recursos financeiros, tanto para o setor público que se encontrava com déficit alto devido aos gastos realizados no Plano de Metas, que consolidou o Processo de Substituição de Importação no governo de Juscelino Kubitscheck), onde o objetivo principal deste plano era industrializar aceleradamente, estabelecendo internamente a indústria de bens de consumo duráveis como o setor de

transportes e energia elétrica, como para o setor privado, que necessitavam de recursos para realizarem investimentos. Houve também concentração de renda pelo desestímulo à agricultura e investimentos de capital intensivo na indústria, inchando as cidades pelo êxodo rural, ausência de financiamento ao consumidor, com isso a demanda por produtos do setor de bens de consumo duráveis era limitada, tendo como consequência aceleração inflacionária e retração do crescimento econômico, com diminuição do emprego. (GREMAUD, 1996 p. 183-185)

Devido a esses graves problemas, em 1964-1967, no governo de Castelo Branco, é criado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). A finalidade desse plano foi acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico e conter o processo inflacionário, aumentar os investimentos e o nível de emprego e corrigir os desequilíbrios internos. Nesse período houve retração nos salários, fruto desta política econômica.

Grande parte do excedente de mão de obra rural que migra para o meio urbano insere-se inicialmente no mercado de trabalho através de ocupações tradicionais: a construção civil (caso masculino) e o emprego doméstico (caso feminino). A participação feminina no mercado de trabalho neste período dos anos 60 e 70 é relativamente pequena e apresenta maior concentração nas atividades de baixa qualificação profissional. (GREMAUD, 1996 p. 183-185)

Os anos 70 foram marcados pelo aumento da produtividade do trabalho e da intensidade da atividade econômica, permitindo o aumento do emprego, com aumento da qualidade do regime de trabalho assalariado. (GREMAUD, 1996 p.192-194)

Porém, os anos 80 foi um período onde o crescimento acelerado finalizou, surgindo uma crise que atingiu mais fortemente a classe assalariada. Recoloca-se o desemprego com a estagnação da economia, acompanhada de altas taxas de inflação. Foi o período de desaceleração no ritmo de geração de empregos, especialmente a geração de empregos assalariados. (Pochmann,1999 p. 52)

Nos anos 90 houve uma grande entrada de produtos importados por causa da valorização cambial e abertura comercial, dificultando as exportações e aumentando as importações. Com a instabilidade macroeconômica, diminui o emprego e há substituição de parte da produção interna por bens importados. (Pochmann, 2000 p. 61)

Segundo o IBGE, no período de 1940-1990 a força de trabalho feminina passou de 2,8 milhões para 22,8 milhões de pessoas, aumentando sua participação na população ativa do país de 19% para 35,5%. Em 1940, quase a metade da população ativa feminina (48%) estava concentrada no setor primário da economia. Em 1990 mais de dois terços da população ativa feminina (74%) estavam concentrados no setor terciário, principalmente em serviços domésticos e algumas outras atividades, como, por ordem de importância, o comércio, serviços de educação e serviços de saúde.

TABELA 1 - BRASIL: ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXOS NO PERÍODO 1940 - 1990

ANO	1940	1950	1960	1970	1980	1990
HOMENS (%)	81,0	85,5	82,5	79,0	73,0	64,5
MULHERES (%)	19,0	14,5	17,5	21,0	27,0	35,5

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, 1990

TABELA 2 - BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA FEMININA NO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE - 1990:

RAMOS DE ATIVIDADE	% DA POPULAÇÃO ATIVA FEMININA
Serviços Domésticos	40,0
Comércio	20,0
Serviços de Educação	18,0
Serviços de Saúde	8,0
Outros	14,0

FONTE: IBGE, Estatísticas Históricas do Brasil, 1990

Esta situação altera-se como se pode observar na tabela 3 que mostra dados de 2002. No entanto a mulher mantém-se nas atividades tipicamente femininas: cerca de dois terços das mulheres ocupadas concentravam-se em quatro grupamentos de atividade: serviços domésticos; educação, saúde e serviços sociais; outras de menos importância são agrícola, comércio e reparação. Já na distribuição da população masculina, os quatro maiores grupamentos (agrícola; comércio e reparação; indústria; e construção) reuniam quase 70% dos homens. Verificou-se percentual muito reduzido de mulheres no contingente ocupado na construção (2,6%), enquanto o dos serviços domésticos era 92,9%, como explicitado na tabela 3.

TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES NO SETOR PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO - 2002

Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas (%)				Percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupadas
	Total	Homens	Mulheres	
Total (1)	100,00	100,00	100,00	41,3
Agrícola	20,6	23,5	16,5	33,1
Indústria	14,2	15,7	12,2	35,5
Construção	7,1	11,8	0,5	2,6
Comércio e reparação	17,2	18,4	15,4	37,0
Alojamento e alimentação	3,7	3,2	4,4	48,8
Transporte, armazenagem e comunicação	4,7	7,1	1,2	10,9
Administração pública	4,9	5,4	4,2	35,3
Educação, saúde e serviços sociais	8,9	3,4	16,8	77,7
Serviços domésticos	7,7	0,9	17,4	92,9
Outros serviços coletivos, sociais, pessoais	4,0	2,9	5,5	57,4
Outras atividades	6,6	7,2	5,8	36,0

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002

O ingresso feminino no mercado de trabalho veio associado às transformações nas relações familiares e conjugais. Como exemplo, muda a proporção das famílias tradicionais chefiadas por homens, aumentando as famílias chefiadas por mulheres, motivadas por separações, abandono ou morte do marido e também pela decisão de viverem sozinhas sem constituir família. Diferentemente do que ocorria no Brasil Império, a típica família brasileira de hoje vive na cidade e não é exclusivamente chefiada pelo homem. Há também mudanças nas relações entre os casais, como a diminuição no número de casamentos civis e o aumento de separações e divórcios, o que contribui para o grande número de famílias chefiadas por mulheres: 24,9% em 2001, segundo o IBGE. Com a separação do casal, é habitual que os filhos permaneçam com a mãe e que o pai se case novamente formando uma nova família. Em geral, as famílias mantidas por mulheres enfrentam maiores dificuldades econômicas em virtude da inferioridade da remuneração do trabalho feminino em relação ao masculino.

Segundo o DIEESE, as taxas de participação por sexo nos últimos 3 anos mostram que a inserção da mulher é maior que a do homem no mercado de trabalho. No Distrito Federal e na região metropolitana de Belo Horizonte, a taxa de participação feminina aumentou 2 pontos percentuais entre 2000 e 2002, enquanto nas regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador ficou em 1,7 e 1,6 ponto percentual respectivamente, e em Recife e Porto Alegre a taxa manteve-se praticamente estável nos dois anos. Entre os homens, verifica-se relativa estabilidade da taxa de participação em todas as regiões, exceto no Distrito Federal que apresenta aumento de 1,5 ponto percentual no mesmo período, em Porto Alegre houve queda de 2,5 pontos percentuais. No Distrito Federal ocorreu a maior taxa de participação feminina, de 58% em 2002, isso porque o mercado de trabalho desta região se concentra no setor público que emprega o maior número das trabalhadoras. (ver tabela 4)

TABELA 4: TAXA DE PARTICIPAÇÃO POR SEXO NAS REGIÕES METROPOLITANAS – 2000 - 2002

Regiões	Mulheres			Homens		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Metropolitanas						
Belo Horizonte	48,9	50,1	50,9	67,7	67,6	67,8
Distrito Federal	55,9	56,6	58,0	70,8	70,5	71,8
Porto Alegre	49,7	49,6	49,8	69,2	68,5	66,7
Recife	44,2	44,1	44,2	64,6	64,8	63,9
Salvador	53,9	54,8	55,5	69,2	69,2	69,8
São Paulo	52,7	53,8	54,4	73,4	72,9	73,4

FONTE: DIEESE e convênio, PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, 2000 - 2002.

Elaboração: DIEESE

Nota: A taxa de participação correspondente à PEA - População Economicamente ativa dividida pela PIA - População em Idade Ativa.

As mulheres que estão trabalhando concentram-se em sua maioria no setor de serviços: no ano de 2002 eram de 50% de trabalhadores em todas as regiões; porém chama a atenção o percentual feminino que trabalha no setor doméstico, como mensalistas ou diaristas (em 2002 na região de Porto Alegre foi de 15,8% e no Distrito Federal foi de 21,1%). (como na Tabela 5)

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, EM REGIÕES METROPOLITANAS – 2002.

Setor de Atividade Econômica	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem
Indústria	14,5	0,8	18,2	3,5	2,5	4,5	18,0	14,2	22,5
Construção	6,9	1	11,9	3,8	1	6,9	5,3	1	9,0
Civil									
Comércio	15,4	13,7	16,8	15,0	12,7	17,1	16,1	15,9	16,2
Serviços	58,0	55,2	51,2	66,0	62,2	69,4	52,2	53,5	51,8
Serviços Domésticos	9,5	20,3	0,9	10,5	21,1	1,0	7,2	15,8	1
Demais	0,7	1	0,9	1,2	1,3	1,2	1	1	1
Total de Ocupados	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Setor de Atividade Econômica	Recife			Salvador			São Paulo		
	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem
Indústria	8,9	5,2	11,8	8,4	4,7	11,4	20,0	14,9	23,9
Construção	4,8	1	8,2	5,2	1	9,0	5,2	1	8,9
Civil									
Comércio	20,4	20,4	20,5	16,3	15,5	17,0	16,1	14,7	17,2
Serviços	53,1	52,7	53,4	59,0	58,2	59,7	49,4	50,6	48,6
Serviços Domésticos	9,0	19,3	1,2	10,1	20,4	1,3	8,6	18,9	0,8
Demais	3,7	2,0	5,0	1,1	1	1,5	0,6	0,6	0,7
Total de Ocupados	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: DIEESE e convênio, PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, 2002.
Elaboração: DIEESE

Segundo o DIEESE, em 2002 houve crescimento do percentual do homem e da mulher contratados sem carteira, ou seja, sem garantias trabalhistas mínimas. Em 2002 no Distrito Federal, 7,3% das trabalhadoras eram assalariadas e sem carteira assinada, esse percentual atingiu 12,0% em São Paulo.

O percentual de mulheres assalariadas e sem carteira assinada, conhecido como "inserção vulnerável", é maior que o dos homens. Em 2002 as mulheres em trabalho vulnerável superaram os homens em mais de 30%, e no Distrito Federal é 58% maior. No caso das mulheres, a vulnerabilidade do vínculo de trabalho é explicada pela grande massa de força de trabalho feminina trabalhando como domésticas.

1.1.1 A Qualificação do Trabalho Feminino

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho no Brasil, é considerado como uma das mais relevantes mudanças sociais desde os anos 70. Houve muitos motivos para a entrada da mulher no mercado de trabalho, e não foram somente as mulheres das classes mais baixas mas também as das classes médias, com maior instrução. Um dos fatores que possibilitou a participação da mulher no mercado de trabalho foi o aumento do nível de escolaridade da mulher brasileira nos últimos anos. Devido à maior instrução, diminui a taxa de fecundidade devido à adoção de métodos anticonceptivos, os quais se tornaram mais acessíveis e diversificados nos últimos tempos. Assim as mulheres mais instruídas acabam tendo menor números de filhos, tornando-se mais disponíveis para o mercado de trabalho. (ZYLBERSTAJN, 1985 p. 72)

TABELA 6: TOTAL DE MULHERES DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR NÚMERO DE FILHOS NASCIDOS VIVOS – BRASIL - 2002

Fecundidade								
Mulheres de 15 anos ou mais de idade								
Grupos de idade	Total	Tiveram filhos nascidos vivos						
		Total	Número de filhos tidos nascidos vivos					
			%					
		1	2	3	4	5	6 ou mais	
Total	62 975 621	43 832 840	22,55	27,33	19,13	9,33	5,59	15,46
15 a 19 anos	8 497 256	1 084 326	79,97	16,8	2,91	0,23	0,065	—
15 a 17 anos	5 132 076	367 107	88,19	11,18	0,48	—	0,13	—
18 e 19 anos	3 365 180	717 219	75,76	19,68	4,16	0,36	0,03	—
20 a 24 anos	8 158 014	3 541 805	56,52	28,33	11,35	2,92	0,50	0,37
25 a 29 anos	7 075 225	4 768 836	40,45	32,21	17,00	6,64	2,39	1,20
30 a 34 anos	6 612 253	5 341 388	27,99	36,87	20,22	7,99	3,55	3,39
35 a 39 anos	6 454 161	5 643 235	18,59	36,89	23,21	10,14	4,75	6,41
40 a 44 anos	5 878 708	5 250 870	17,70	32,32	25,12	12,25	6,05	9,57
45 a 49 anos	4 920 437	4 427 460	11,78	27,46	25,46	13,01	7,06	15,23
50 a 54 anos	4 039 507	3 610 631	10,02	23,11	22,55	13,00	8,40	22,93
55 a 59 anos	3 067 328	2 781 443	9,07	17,17	19,84	13,21	8,74	31,95
60 a 64 anos	2 516 716	2 267 746	8,07	14,35	15,08	13,53	9,57	39,58
65 a 69 anos	2 033 085	1 842 533	8,42	13,03	13,04	11,56	9,85	44,08
70 anos ou mais	3 717 769	3 268 697	9,08	12,66	10,92	10,91	8,77	47,64
idade ignorada	5 162	3 870	20,12	19,88	13,77	4,65	10,21	31,34

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002.

Entre os fatores que levaram as mulheres de classe média ao mercado de trabalho nos anos 70, identifica-se a elevação das expectativas de consumo e a deterioração do poder de compra real dos salários. Ocorre também mudanças no comportamento da mulher, que rompe com os padrões sociais, que a colocavam em

outros papéis em vez de cumprir apenas a função do casamento e da maternidade, ela passa a priorizar os estudos e a carreira profissional. Assim a mulher tem condições de competir nas profissões que antes eram considerados como tipicamente masculinos. (ROCHA, 2000 p. 17)

O Censo do IBGE do ano de 2002 mostra que no Brasil as mulheres tem maiores níveis de escolaridade comparativamente aos homens. As mulheres apresentam maiores níveis de escolaridade nos grupos de 3 a 15 anos de estudo, diferentemente dos homens que apresentam maiores níveis de escolaridade apenas nos de 1 e 2 anos de estudo, como mostra a tabela 7.

TABELA 7: PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SITUAÇÃO DE SEXO, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO – BRASIL - 2002

Instrução					
Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
Anos de Estudo	Total	Homens	%	Mulheres	%
Total	140 353 001	48,22		51,77	
1 ano	4 058 097	55,12		44,88	
2 anos	7 185 363	51,11		48,89	
3 anos	10 847 082	48,96		51,04	
4 anos	19 324 858	49,13		50,87	
5 anos	11 526 333	49,37		50,63	
6 anos	7 585 817	49,37		50,62	
7 anos	7 808 454	48,83		51,65	
8 anos	12 668 989	48,65		51,35	
9 anos	4 527 940	48,36		51,64	
10 anos	4 510 647	46,92		53,07	
11 anos	21 162 034	45,00		54,99	
12 anos	1 889 750	41,47		58,52	
13 anos	1 345 738	46,78		53,22	
14 anos	1 402 916	40,28		59,71	
15 anos	7 014 665	45,81		54,18	

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002.

CAPÍTULO 2

A QUESTÃO DO GÊNERO

A questão de gênero, a origem das diferenças impostas pela sociedade definidora de modelos distintos de comportamento seguidos por homens e mulheres, será abordada neste capítulo.

Atualmente as grandes transformações políticas, econômicas e sociais, mudam o papel do homem e da mulher que atuam no mercado de trabalho em relação à família. A questão do gênero é relevante para visualizar e compreender o papel distinto da mulher e do homem enquanto agentes econômicos, produtores ou consumidores.

O que é considerado feminino depende de cada cultura e pode variar de uma sociedade para outra. Portanto, relações de gênero, podem ser entendidas como representações do masculino e feminino, por sua vez dependentes das práticas sociais para se manterem vivas no conjunto de valores da sociedade. O gênero tenta então relacionar o comportamento feminino perante o masculino, e demonstrar o que se estabelece perante um ao outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente num tempo, espaço e em uma cultura determinada. E portanto a igualdade está relacionada a diversidade da humanidade de uma região a outra, onde a igualdade nas bases sociais e econômicas pode ser considerada em uma região, podendo não ser considerada em outra região. (Sen, 2001 p. 185)

Antigamente, na comunidade primitiva, a divisão do trabalho tinha o homem como o chefe que trabalhava fora de casa, trazendo o necessário para a família sobreviver, e a mulher que era apenas uma dona de casa com a função de ter e cuidar dos filhos. (MAIA, 2002 p. 3)

Porém essa situação começou a mudar com o surgimento da sociedade agrícola; mesmo assim somente os homens eram donos e trabalhadores na agricultura, .As mulheres apenas cuidavam de alguns animais de pequeno porte e de plantações em casa. E foi no século XVIII que se tornou mais evidente a participação feminina no sustento da família com a economia agrícola. O excedente do trabalho doméstico, vendido no mercado, contribuía para a geração de renda da sociedade, pois a família recebia pela produção feita em casa. A mulher era responsável pela produção de roupas e comidas em conservas, e o homem era responsável pela agricultura e produção de ferramentas. O papel do homem e da mulher são definidos; porém, essa situação começa a mudar com a evolução da sociedade e com o desenvolvimento da tecnologia. O trabalho artesanal do homem e o doméstico da mulher passa a ser assalariado, e o trabalho doméstico como roupas prontas e comidas passou para a produção mecanizada na fábrica, e foi quando as mulheres começaram a se locomover para as áreas urbanas. (MAIA, 2002 p. 3-5)

No século XIX, a consolidação do Sistema Capitalista trouxe inúmeras mudanças tanto no processo produtivo quanto na organização de trabalho, afetando em especial a condição da mulher. O sistema de produção manufatureira, o desenvolvimento tecnológico e a utilização cada vez mais acentuada de maquinarias, transferiu para as fábricas o trabalho feminino, que antes eram executado em casa. (PENA, 1981 p. 121)

O homem atua mais em trabalhos braçais, como na linha de produção, eletricidade, coleta de lixo e construção; a mulher tem maior participação em setores burocráticos ou escritórios, serviços domésticos e serviços da área da saúde; essa participação vem aumentando desde os anos 80. (BRUSCHINI E ROSEMBERG, 1982 p. 13-16)

Apesar da sociedade capitalista não dar relevância à questão do gênero, as mulheres conquistaram seus espaços através de significativas mudanças, tanto na família, redefinindo algumas questões, como na sua vida pública, fazendo com que a sociedade faça valer o respeito aos seus direitos.

Na Constituição de 1824, a mulher brasileira não era considerada cidadã, não podia votar e nem ser votada, podia trabalhar em empresas privadas mas jamais seria admitida em órgãos públicos. (JORNAL CNTE Mulher, 1999)

Em 1934 a reforma constitucional trouxe significativas mudanças à condição da mulher. Pela primeira vez a Constituição consagrou a igualdade entre sexos, proibindo diferença salarial baseada no sexo do trabalhador, garantiu à gestante assistência médica e o descanso de antes e depois do parto através da Previdência Pública. (JORNAL CNTE Mulher, 1999)

A Constituição de 1988 garante a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, onde homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. (JORNAL CNTE Mulher, 1999)

Esses progressos estão relacionados a um processo de abertura de espaços para as mulheres, evidenciando sua independência e autonomia diante do seu espaço no mercado de trabalho. (JORNAL CNTE Mulher, 1999)

Mesmo com todas as mudanças ocorridas no mundo, ainda continua praticamente igual o papel da mulher como responsável pelo lar e pelos filhos e o homem como dirigente da família. E essa divisão de tarefas continua sendo um obstáculo ao desempenho da mulher no mercado de trabalho. A mulher já entra no mercado de trabalho de maneira desigual com a sua dupla jornada de trabalho, tendo que conciliar as tarefas do lar e o serviço de fora do lar.

A persistência da responsabilidade das mulheres pelos cuidados com a casa e a família é um dos fatores determinantes da posição secundária ocupada pelas mulheres no mercado de trabalho. A maternidade é, sem dúvida, o que mais interfere no trabalho feminino quando os filhos são pequenos.

A quantidade de creches é insuficiente, por isso, atende parcela muito pequena das crianças brasileiras, contribuindo para aumentar o peso da maternidade sobre as mulheres e, em particular, sobre as trabalhadoras. Mesmo com essa dificuldade, mais da metade das jovens mães são economicamente ativas, o que é uma importante mudança do perfil das trabalhadoras dos anos 90. A criação dos filhos está perdendo impacto, sobre a saída da mulher da força de trabalho, porque os valores associados a um número elevado de filhos declinaram, enquanto aqueles que se referem à participação das mulheres no mercado de trabalho tornam-se mais fortes. (ROCHA, 2000 p.19-21)

Existe a obrigatoriedade de um local apropriado para a guarda dos filhos, em período de amamentação, porém essa lei, é amplamente descumprida, e é até um argumento dos empresários para preferir empregados homens.

Com as maiores responsabilidades das mulheres com a dupla jornada de trabalho, aumenta o desemprego das mulheres (ver Tabela 8), o tempo de procura por trabalho e menores remunerações. Mesmo com essas dificuldades vem aumentando a participação feminina no mercado de trabalho. As mulheres que estão trabalhando tem na desigualdade a segregação profissional e discriminação salarial, pois na concepção social o homem está mais disposto a trabalhar em horários fora das horas normais de sua jornada e a investir mais em sua carreira, enquanto a mulher tem que conciliar casa, filhos e a profissão. (Bruschini, 1999 p. 20)

É maior a proporção das donas de casa que querem trabalhar do que as que querem deixar de trabalhar se pudessem, e isso ocorre, por que, além, da necessidade econômica, é também fruto de um intenso processo de modernização e mudança cultural, observado no Brasil a partir dos anos 70, do qual faz parte a expansão da escolaridade, à qual as mulheres vêm tendo cada vez mais acesso. (ROCHA, 2000 p. 21-22)

TABELA 8: TAXA DE DESEMPREGO SEGUNDO SEXO NAS REGIÕES METROPOLITANAS – 2000 - 2002

Regiões	Mulheres %			Homens %		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Metropolitanas	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Belo Horizonte	19,9	20,8	20,8	16,1	16,2	15,7
Distrito Federal	22,2	23,1	23,0	17,2	17,2	17,7
Porto Alegre	19,6	18,2	17,9	14,2	12,3	13,1
Recife	23,9	25,3	23,6	18,2	17,8	17,6
Sa Salvador	29,8	30,2	29,9	24,1	25,0	24,9
São Paulo	20,9	20,8	22,2	15,0	14,9	16,4

FONTE: DIEESE e convênio, PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego, 2000 - 2002.

Elaboração: DIEESE

As taxas de desemprego feminino são superiores às masculinas em todas as regiões metropolitanas analisadas e essa diferença, em 2002, foi superior a 5 pontos percentuais em quase todas as localidades. A análise da diferença entre taxas de desemprego masculina e feminina como revela a tabela 9 , que entre 2000 e 2002

aumentou em Belo Horizonte, Distrito Federal e Recife e diminuiu em Porto Alegre, Salvador e São Paulo.

TABELA 9: DIFERENÇA ENTRE AS TAXAS DE DESEMPREGO MASCULINA E FEMININA NAS REGIÕES METROPOLITANAS – 2000 - 2002

Regiões	Diferença entre a Taxa Feminina e Masculina		
	%		
Metropolitanas	2000	2001	2002
Belo Horizonte	3,8	4,6	5,1
Distrito Federal	5,0	5,9	5,8
Porto Alegre	5,4	5,9	4,8
Recife	5,7	7,5	6,0
Salvador	5,2	5,2	5,0
São Paulo	5,9	5,9	5,5

FONTE: DIEESE e convênio, PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego, 2000 - 2002.

Elaboração: DIEESE

Os resultados de 2002 mostraram que a diferença entre os rendimentos dos homens e das mulheres continuam diminuindo, mas a remuneração média de trabalho das mulheres ainda é inferior à dos homens. Em 1992, o rendimento médio das mulheres com remuneração de trabalho representava 61,6% do recebido pelos homens; em 2002 alcançou 70,2%, como vemos na tabela 10.

TABELA 10: RENDIMENTO MENSAL ENTRE HOMENS E MULHERES - 2002

ANO	Rendimento real médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento de trabalho (R\$)			Percentual do rendimento das mulheres em relação aos dos homens
	Total	Homens	Mulheres	
1992	506	586	361	61,6
1993	547	640	377	59,0
1995	706	816	511	62,6
1996	725	829	546	65,9
1997	717	819	538	65,7
1998	711	810	541	66,9
1999	661	746	516	69,1
2001	652	739	514	69,6
2002	636	719	505	70,2

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002

Em dez anos a diferença entre os rendimentos do trabalho dos homens e das mulheres mostraram tendência de redução em todas as posições na ocupação.

Segundo pesquisa do **DIESSE** - 2003, no Brasil, no ano de 2001, 34.852,764 de mulheres encontram-se no mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas, ou seja 41,9% da população economicamente ativa (PEA). Este percentual mostra o aumento ocorrido na década de 90, pois nesse período a força de trabalho feminino era de 22.868,111, ou seja 35,5% da população economicamente ativa (PEA). Segundo os dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), em 11 anos, doze milhões de mulheres entraram no mercado de trabalho no Brasil, visando realização profissional ou para manter a si própria ou a sua família, e em 2002 chega a 54,4% da PEA.

Segundo pesquisa do DIEESE - 2003, em média a mulher recebe 66% do rendimento do homem. Entre os assalariados, onde o emprego é formal, a diferença de rendimento é menor: em média a mulher recebe 82,5% do rendimento do homem. independente do nível de escolaridade, o rendimento das assalariadas é menor que o do homem em todas as regiões metropolitanas.

A mulher, assim como o exército industrial de reserva, cumpre um papel estabilizador de oferta de trabalho, com conseqüente rebaixamento salarial.

CAPÍTULO 3

A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

A inserção feminina brasileira no mercado de trabalho evidencia-se nas décadas de 40 e 50. Ocorre em maior escala nas áreas de baixa especialização profissional, porque foram as mulheres mais pobres e com pouca instrução, que necessitavam complementar a renda da família, as primeiras a incorporar-se ao mercado de trabalho.

Até os anos 50 as principais tarefas da mulher eram nas atividades rurais (lavradoras) e domésticas que são serviços vistos como tipicamente femininos. Porém esse período dos anos 50 começaram a ocorrer mudanças dessa estrutura, pois, o Brasil passava a se transformar em um país urbano, industrial com grande demanda por mão de obra, beneficiando o mercado de trabalho feminino. Porém a industrialização provocou grande êxodo rural, lotando as cidades. (Pena, 1981 p. 121-122)

O início dos anos 60 é marcado pelo agravamento de alguns problemas anteriores, como a queda do crescimento industrial que afeta o nível de emprego. Este período é acompanhado de aumento da inflação, capacidade ociosa declinante, escassez de divisas e fuga do investimento e empréstimo externo. A demanda, aquém da capacidade produtiva gera capacidade ociosa e a tecnologia intensiva em capital absorve pouca mão de obra. Com o governo Castelo Branco (1964-1967) foi lançado o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) com objetivo de combate à inflação e crescimento econômico. A política adotada por esse plano obteve grande êxito, abrindo caminho para o crescimento durante a década de 70. (GREMAUD, 1996 p.183-191)

Nos anos 70, a deterioração dos salários reais dos trabalhadores fez com que a mulher procurasse complementar a renda familiar. Nesse caso também as mulheres de classe média mais instruídas vão à procura de trabalho. Com a expansão da economia, ou seja, a industrialização progredindo e provocando o aumento da urbanização, melhora o mercado de trabalho com maiores ofertas de postos de trabalho, possibilitando maior inserção da mulher. (ZYLBERSTAJN, 1985 p. 72-73).

Realmente nessa época dos anos 70 ocorre um crescimento econômico conhecido como “Milagre Econômico”, porém, aumentam também as desigualdades sociais e a concentração de renda. Ocorre transformações no comportamento da mulher, surgem movimentos feministas, e é cada vez maior a presença feminina nos espaços públicos. Essas mudanças fazem com que as mulheres tenham menos filhos, facilitando a sua entrada no mercado de trabalho, melhorem a escolaridade e o acesso às universidades, tornando-se mais instruídas e qualificadas a competir, onde o mercado de trabalho oferece melhores oportunidades. (Rocha, 2000 p. 21)

Em 1979 inicia-se o governo do general Figueiredo, e os fatos que marcaram a virada dos anos 70 para os 80 mostraram um ciclo de crescimento acelerado que chegava ao fim. O novo choque do petróleo fez com que o valor das importações subissem, os produtos nacionais perdessem valor no mercado internacional e os juros da dívida externa voltassem subir. Os primeiros anos da década de 80 foram marcados por uma crise da dívida externa, o maior problema deste período era o descontrole da inflação, ocorrendo uma grande retração econômica, que abalou principalmente a sociedade assalariada em razão do desemprego e das perdas salariais. (POCHMANN, 1999 p. 52)

Em 1981 a crise do desemprego se agrava, e há uma alteração na população economicamente ativa, deslocando-se do setor industrial para ocupações no setor informal. Na primeira metade dessa década, o setor terciário teve papel fundamental no sentido de evitar maiores quedas no nível de emprego. Desde então, os ramos que mais se destacaram na geração de empregos foram a prestação de serviços, o comércio, as atividades sociais e a administração pública. (ROCHA, 2000 p. 23)

Na década de 90, no governo Collor (eleito em 1989), houve mudanças na política econômica como a privatização e a abertura comercial, nesse período a economia brasileira foi marcada pela recessão, resultado dos efeitos dos planos de estabilização Collor I e II. Em 1990-92, houve forte recessão com queda do PIB, aumento do desemprego e queda dos salários reais. A precariedade do plano Collor II aliada ao desgaste do governo, determinou o impeachment do presidente em 1992. (FURTADO, 1997 p. 224-231)

Em 1993, durante a gestão do presidente Itamar Franco, foi implantado o programa de Ação Imediata (PAI), o governo pretendia efetuar um ajuste fiscal nas contas públicas. O Plano Real tem sido considerado como sendo um dos mais bem sucedidos programas de estabilização na história do Brasil. (FURTADO, 1997 p. 224-231)

Em 1994, assume a presidência Fernando Henrique Cardoso, permanecendo no poder por 8 anos. Porém, em 2002, foram fechadas 69 mil vagas de trabalho (4,44%). O Plano Real baseou-se no câmbio fixo que estimulou a concorrência dos importados, que teve efeito positivo sobre a inflação, mas sacrificou o emprego, havendo grande massa de desempregados e perda da renda, ocasionando recessão. A maior competição levou as empresas a diminuírem postos de trabalho e flexibilizar os vínculos trabalhistas através da reestruturação produtiva (para conseguir sobreviver no mercado). O desemprego dos chefes, levou os outros membros da família a buscar uma colocação para complementar a renda familiar. Isso foi uma das principais razões do aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho neste período. Mas não só por dificuldades econômicas: a mulher busca pelo trabalho fora do lar, também pelo

desejo da emancipação e a busca de direitos iguais na sociedade. (JB ONLINE ECONOMIA)

Nas últimas décadas, o Brasil passa por transformações provocadas pelos novos padrões sociais que levaram à transformação da composição das famílias. Estas tornaram-se cada vez menores, em virtude do rebaixamento das taxas de fecundidade, ao mesmo tempo que aumentou o número das famílias chefiadas por mulheres. Essas mudanças, ao lado do aumento da escolaridade da mulher que melhorou suas condições para competir no mercado de trabalho, tornando-a mais instruída, permitem maior acesso a cargos de comando, a profissões de prestígio, como na área da arquitetura, da medicina, da advocacia, aos bons empregos executivos em instituições financeiras e bancárias, além da condição de proprietárias de negócios. Assim, com os novos valores relativos ao papel da mulher na sociedade brasileira, ocorre um significativo impacto sobre a maior participação feminina no mercado de trabalho, pois, até as mulheres que tinham outra opção de vida, ou seja, que não precisavam trabalhar, começaram a inserir-se no mercado de trabalho. E assim estão ocorrendo as mudanças mais significativas, onde a médio e longo prazos, é possível que o acesso de contingentes cada vez maiores de mulheres às ocupações e aos empregos mais qualificados crie condições para que a segregação ocupacional seja rompida e as desigualdades salariais superadas. Porém, ainda hoje a maioria das trabalhadoras mais qualificadas predominam em empregos tradicionais femininos, como o magistério, a enfermagem e o serviço social. Os baixos salários e as desigualdades em relação aos homens continuam a fazer parte do seu mundo de trabalho, sem grandes mudanças. (Rocha, 2000 p. 54)

Atualmente o mercado de trabalho está precário, com aumento nas taxas de desemprego e diminuição da estabilidade por tudo isso, a sobrevivência depende cada vez mais, de um esforço coletivo dentro da família.

A necessidade de complementar a renda familiar não é exclusividade das camadas mais pobres da população, mas também das famílias de classe média, de

maior poder aquisitivo, para acompanhar as mudanças da sociedade decorrentes do progresso do país.

A renda da mulher ajuda a pagar as despesas da família e a defender o nível socioeconômico adquirido, evitando deterioração na sua situação de bem estar.

Com a intensificação da participação da mulher no mercado de trabalho, cresce o número de famílias com mulheres exercendo atividades profissionais, e há um aumento nas famílias constituídas de mulheres sozinhas, e principalmente das mulheres solteiras com filhos; essas duas situações correspondem por 24% das famílias com mulheres na força de trabalho em São Paulo. As famílias constituídas pelo casal, e pelo casal com até dois filhos, permanecem praticamente iguais, e aquelas maiores, constituídas pelo casal com mais de dois filhos, continuam a diminuir a sua participação na década de 90, formando 21% do total de famílias, um decréscimo de quase 8 pontos percentuais em 15 anos. A diminuição de seu tamanho, é consequência da queda da taxa de fecundidade, iniciada no país um pouco antes da década de 70, Como na Tabela 11. (ROCHA, 2000 p. 88-91)

TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS COM PELO MENOS UMA MULHER ENTRE SEUS COMPONENTES – REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – 1981, 1990 E 1995

Situação Familiar	1981	1990	1995
Mulher Sozinha	3,8	4,3	5,1
Mulher sem Cônjuge e com filhos	13,5	15,9	19,1
Mulher e Cônjuge	12,3	12,6	12,0
Mulher com Cônjuge e com até 2 Filhos	39,2	39,2	40,4
Mulher com Cônjuge e com mais de 2 Filhos	28,5	25,1	20,7
Homem sem cônjuge e com filhos	2,7	2,9	2,7
Total	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE, PNAD 1981, 1990 E 1995

Continuam a aumentar as taxas de participação feminina no mercado de trabalho, bem como o número de famílias que dependem do trabalho da mulher, e isto se verifica apesar de todas as dificuldades já mencionadas enfrentadas pela mulher no mercado de trabalho. Embora ainda permaneçam significativas diferenças, em geral há uma tendência à homogeneização dos indicadores de participação feminina na atividade econômica, nos diferentes níveis de renda e situações familiares, evidenciando a generalização do aumento dessa participação, que contribui significativamente para evitar o aumento da pobreza absoluta no Brasil. (Rocha, 2000 p. 108)

Conclusão

A finalidade deste trabalho foi identificar as razões que motivaram a mulher a entrar no mercado de trabalho. Identificou-se que foram nas décadas de 40 e 50, que as mulheres começaram a entrar no mercado de trabalho pela necessidade de complementar a renda familiar. Nesse período foram as mulheres mais pobres, com pouca instrução e sem qualificação as primeiras a ingressar no mercado de trabalho. Por muito tempo predominou a visão da mulher como responsável pelo “lar e pela criação dos filhos”, o que determinou a forma desigual de sua inserção no mercado de trabalho. Como consequência observa-se a discriminação salarial entre homens e mulheres.

Além de todas estas desvantagens a mulher ainda tem de conciliar responsabilidades domésticas e profissionais.

A maioria das mulheres, para conseguirem conciliar uma carreira bem sucedida com o relacionamento familiar, procuram profissões de maior flexibilidade nos horários de trabalho como na área de educação, saúde e serviços sociais.

Com a revolução comportamental ocorrida nos anos 70, as mulheres passaram a obter melhores condições no mercado de trabalho brasileiro. Estas transformações do comportamento feminino trouxeram uma nova realidade, como a queda da fecundidade e aumento da escolaridade, e essas transformações contribuíram para estruturar as mudanças que ocorreram ao longo da história de sua incorporação no mercado de trabalho.

Verificou-se que as mulheres ganham menos que os homens em todos os setores.

Movidas pela necessidade de participar da manutenção da família, ou mesmo pelo desejo de obter realização pessoal e profissional, as mulheres, cada vez mais marcam sua presença no mercado de trabalho.

Estas mulheres enfrentaram muitas dificuldades. Mesmo hoje exercem suas funções, normalmente, em condições mais desfavoráveis em relação as dos homens e têm por realidade menores possibilidades de emprego. A taxa de desemprego feminina é maior que a do homem, os vínculos empregatícios mais frágeis e a ocupação de postos de trabalhos são na maioria os menos prestigiados, auferindo remunerações inferiores e instáveis, mesmo que muitas vezes com nível de escolaridade mais elevado.

Mesmo com dificuldades, as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho brasileiro, que apresenta uma característica de mudança.

A mulher evoluiu e alcançou conquistas na definição de direitos e deveres entre os sexos, redefinindo seu papel tanto na família como na sociedade. Apesar disso, a mulher ainda enfrenta discriminação na estrutura do mercado de trabalho e na sociedade.

Em relação à posição na família, vem crescendo o percentual da mulher como chefe do lar, que traz para a mulher maior responsabilidade para sustentar a sua família; e mesmo nos casos em que não é considerado chefe, sua participação nas rendas familiares é essencial no sustento das famílias.

Com a revolução comportamental ocorrida nos anos 70, as mulheres passaram a obter melhores condições no mercado de trabalho brasileiro. Estas transformações do comportamento feminino trouxeram uma nova realidade, como a queda da fecundidade e aumento da escolaridade, e essas transformações contribuíram para estruturar as mudanças que ocorreram ao longo da história de sua incorporação no mercado de trabalho.

Atualmente, as mulheres de todas as classes sociais e graus de instrução procuram trabalho.

Além da complementação da renda familiar, as mulheres buscam também a realização profissional, aprimorando-se cada vez mais com a qualificação. A força de trabalho feminina busca se profissionalizar e conquistar espaços que antes eram considerados verdadeiros redutos masculinos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUSCHINI, M. C. **A Bi Polaridade**. Ed. ANPOCS, 1999.
- BRUSCHINI, M. C.; ROSEMBERG, F. **Trabalhadoras do Brasil**. Ed. Brasiliense, 1982.
- CACCIAMALI, M. C. **Distribuição de Renda no Brasil**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991
- CHAHAD, J. P. Z. **Mercado de Trabalho: Conceitos, Definições e Funcionamento**. Manual de Economia da USP, São Paulo, 2º edição, Ed. Saraiva, 1992
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – **DIEESE** – Disponível WWW.DIEESE.ORG.BR
- FURTADO, M. B. **Síntese da Economia Brasileira**. São Paulo, 6º edição, Ed. Afiliada, 1997
- GREMAUD, A. P.; JÚNIOR, R. T.; VASCONCELOS, M. A. S. **Economia Brasileira e Contemporânea**. Ed. Atlas S.A, 1996
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE** – Disponível WWW.IBGE.GOV.BR
- JB ONLINE ECONOMIA, <http://jbonline.terra.com.br> 08/02/2004
- JORNAL CNTE Mulher. **Aula da Cidadania**. 1999
- MAIA, K. **Economia Política do Gênero: Reformulações em uma Sociedade em Transformação** – Encontro Nacional de Economia – ANPEC - 2002.
- MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Ed. NOVA CULTURA, vol. II 1985.
- PENA, M. V. J. **Mulheres e Trabalhadoras**. Ed. Paz e Terra, 1981
- PESQUISA Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), 2000. [on line] Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível: <http://www.ibge.gov.br>.
- POCHMANN, M. **A Batalha Pelo Primeiro Emprego**. Ed. PUBLISHER BRASIL, 2000.
- POCHMANN, M. **O Trabalho Sob Fogo Cruzado**. Ed. CONTEXTO - (Coleção Economia), 1999.

ROCHA, M. I. B. **Trabalho e Gênero**. Ed. 34, 2000.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. Ed. BEST SELLER, 1999.

SEN, A. K. **Desigualdade Reexaminada**. Ed. Record, 2001.

SOUZA, P. R. **O que são Empregos e salários**. Ed Nova Cultural, 1986.

ZYLBERSTAJN, H.; PAGOTTO, C. S.; PASTORE, J. **A Mulher e o Menor na Força de Trabalho**. Ed. Nobel – Ministério do Trabalho, 1985